

Sumário

Prefácio	XIII
Introdução	1
1. Superendividamento	7
1.1 A delimitação semântica e jurídica do vocábulo superendividamento.....	7
1.1.1 Endividamento e superendividamento.....	10
1.1.2 Superendividamento ativo e passivo	12
1.2 A banalização do crédito como gênese do superendividamento...	16
1.3 A boa-fé e a responsabilidade do credor pela consolidação do superendividamento.....	22
1.4 Modelos jurídicos de tratamento ao superendividamento	32
1.4.1 O modelo francês de planos de pagamento	34
1.4.2 O modelo americano de perdão de dívidas (fresh start)	38
1.5 O sistema brasileiro de enfrentamento ao superendividamento	42
1.5.1 As regras de insolvência civil no Código de Processo Civil	44
1.5.2 Código de Defesa do Consumidor e a proteção ao superendividado.....	48
1.5.3 O superendividamento do consumidor no PLS 283/2011	54
1.5.4 Superendividamento, insolvência e a legislação falimentar...	59
1.6 O superendividamento e a proteção jurídica do investimento privado	65
2. A oferta de crédito ao empresário superendividado	73
2.1 A oferta de crédito inerente à atividade bancária e a necessária regulação	73
2.2 A análise de crédito como mecanismo de identificação do risco de inadimplência	79
2.2.1 Análise subjetiva de crédito	83
2.2.2 Análise objetiva de crédito.....	84
A – O modelo ou sistema de credit scoring.....	85
B – O modelo ou sistema behavior e o modelo ou sistema misto	87
C – O modelo ou sistema de rating.....	88
2.3 Os birôs de crédito e a redução da inadimplência	93
2.4 Os birôs de crédito no Brasil.....	98

2.5 A aprovação de créditos para tomadores de alto risco e a proteção jurídica do investimento privado	108
3. A concessão de crédito a empresário superendividado:	
Repercussões contratuais e Responsabilidade civil	115
3.1 A função social dos contratos e o dever de cooperação: uma distinção a partir do superendividamento empresarial.....	116
3.1.1 O superendividamento empresarial sob a ótica da função social dos contratos	116
3.1.2 O superendividamento empresarial sob a ótica do dever de colaboração.....	124
3.2 A proteção ao empresário superendividado e uma possível colisão entre os princípios da preservação da empresa e da inerência do risco.....	132
3.2.1 Hierarquia, abrangência e positivação das regras principiológicas	132
3.2.2 A preservação da empresa como proteção à atividade econômica.....	135
3.2.3 O risco inerente à atividade empresarial e a vinculação contratual	139
3.3 A proteção diferenciada à pequena empresa superendividada e as hipóteses de incidência do Código de Defesa do Consumidor.....	143
3.3.1 A fonte constitucional da necessária proteção às pequenas empresas	143
3.3.2 As pequenas empresas e o tratamento favorecido no acesso ao crédito	145
3.3.3 O tratamento diferenciado conferido pelo judiciário às pequenas empresas	148
3.3.4 A revisão de contratos das micro e pequenas empresas	157
3.4 A possível responsabilidade civil decorrente da concessão de crédito a empresários superendividados.....	162
3.4.1 A responsabilidade civil, o risco profissional e a concessão de crédito.....	163
3.4.2 Responsabilidade civil e superendividamento empresarial: hipóteses, consequências e segurança jurídica.....	168
3.5 A concessão de crédito a empresários superendividados e a proteção jurídica do investimento privado.....	174
Conclusão	185
Referências	193